

# Um compromisso social com a museologia

*Maria Célia T. Moura Santos\**

## **Resumo**

A partir da narrativa de sua história de vida, apresenta-se neste texto aspectos que são considerados importantes pela autora para a formação do seu compromisso social, destacando os cenários, os contextos e os percursos que contribuíram para sua operacionalização. Apresenta-se processos que tenham sido úteis para a aplicação de ações museológicas comprometidas com a transformação e a melhoria da qualidade de vida, dando ênfase à formação do profissional museólogo, bem como ao sentido e ao uso que tem sido dado à Museologia.

**Palavras-chave:** Compromisso social. Museologia. Museus. Formação em museologia. Curso de Museologia da UFBA.

Ali onde os historiadores tentam se defrontar com um período para o qual existem testemunhas oculares vivas, dois conceitos de história bem diferentes se chocam ou, no melhor dos casos, complementam-se mutuamente: a acadêmica e a existencial, o arquivo e a memória pessoal. Pois todo mundo é historiador de sua vida passada consciente, na medida em que elabora uma versão pessoal dela: um historiador nada confiável, sob a maioria dos pontos de vista, como bem sabem todos os que se aventuram pela “história oral”, mas um historiador cuja contribuição é essencial. (Eric J. Hobsbawn, *A Era dos Impérios*).

## Introdução

Os convites de colegas para a realização de palestras, textos, elaboração de projetos, cursos e outras atividades sempre me motivaram a realizar ações reflexivas sobre o meu caminhar profissional, buscando contribuir com a formação dos que militam nas áreas da Educação e da Museologia, e ao mesmo tempo me enriquecendo. Ao sistematizar e refletir sobre essa longa trajetória, compartilhada de forma alegre e prazerosa com companheiros de diferentes gerações, consigo enxergar novas oportunidades de ação-reflexão, tendo a certeza de que a História é possibilidade e não determinação, como afirmava Paulo Freire. Dessa maneira, recebo e aceito o convite do Colega Mário Chagas, companheiro de militância museológica, para contribuir com este número dos Cadernos do CEOM, fazendo uma reflexão sobre a presença da Museologia Social no meu percurso profissional.

Para a construção do discurso e da argumentação, tomei como referencial os registros de projetos com os quais estive envolvida, bem como as reflexões realizadas ao longo da minha carreira como museóloga e como professora dos Cursos de Museologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, a experiência como coordenadora do Eixo 3 da Política Nacional de Museus e, mais recentemente, como Diretora de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (IPAC). Muitos

desses registros estão presentes em publicações de minha autoria, constantes na referência bibliográfica deste texto.

Portanto, a argumentação que fundamentará o meu discurso não pode ser construída sem que deixe explicitada a minha compreensão em relação à presença do social na Museologia, a partir da minha experiência. Desse modo, optei por apresentar os cenários, os contextos e os percursos, destacando, ao mesmo tempo, alguns aspectos que considero possam ser úteis para a aplicação de processos museológicos comprometidos com a transformação e com a melhoria da qualidade de vida, finalizando com a discussão em torno de um questionamento: a presença do Social na Museologia ou uma Museologia Social?

Acredito, pois, que este texto não passa de simples narrativa de uma história de vida que, pretendo, possa incentivar outras tantas que ainda estão adormecidas e que, com certeza, poderão contribuir para a construção do conhecimento em nosso campo de atuação e para aplicação de processos museológicos mais humanos, alegres e prazerosos.

### **Cenários e Contextos: o percurso e a operacionalização do compromisso social**

Compreendo que um exame da presença do social, na minha atuação profissional, não pode ser feito sem uma análise do meu crescimento pessoal, em especial, a fase da minha juventude, quando acredito tenham sido fincados os pilares do meu compromisso social. Entendo que este registro será importante para alguns argumentos que pretendo desenvolver ao longo do texto, sem os quais, acredito, ficariam no vazio.

Quando se chega à maturidade, é difícil selecionar alguns contextos e cenários que compuseram o nosso caminhar, sobretudo porque memória e esquecimento andam de mãos dadas. Lidamos com este fato, cotidianamente, em nosso campo de atuação, e já não são poucos os autores que nos dão os fundamentos para uma análise mais aprofundada sobre esse tema. Deixo claro, portanto, que farei,

aqui, um exercício de reflexão sobre a minha formação e atuação profissional, com o meu olhar de hoje, sem pretensão de resgates – também sabemos que ele é impossível de ser feito. Lembrando Jaques Le Goff, buscarei, em minha memória, certas informações, reenviando-as, em primeiro lugar, para um conjunto de funções psíquicas, graças às quais irei *atualizar* impressões ou informações passadas, apresentando-as como passadas.

### **A formação do compromisso social**

Vivi intensamente a minha juventude, nos anos 1960. Nesse período, o sétimo censo Geral do Brasil registrava uma população de 70.992.343 habitantes, com 15.816.000 analfabetos maiores de 10 anos. Como tantos outros companheiros da minha geração, ouvi os Beatles e os Rolling Stones, Chico Buarque, Gil, Caetano, Maria Betânia, assisti ao filme *Easy Rider*, ao *Pagador de Promessas*, vi a influência do Rock no comportamento dos meus colegas, o surgimento da bossa nova, do tropicalismo e da Jovem Guarda. Período de grande efervescência de manifestações artísticas e culturais, de muitos movimentos que levavam as marcas da juventude e da intenção de provocar a desconforto ou a alienação, preocupações que marcaram toda uma geração: a negação de uma sociedade capitalista e a discussão em torno do socialismo e de uma sociedade diferente que se buscava construir (Paes, 1993). Foram anos de repressão, de contestação política com manifestações de massa, promovidas pelos estudantes, de greves operárias, de pregações indignadas de sacerdotes católicos contra a opressão e o esfomeamento do povo (Riberio, 1985).

Apesar de morar em uma cidade do interior do Estado da Bahia, Itapetinga, situada em uma região de pecuária, no Oeste Baiano, ali tive a oportunidade de estudar em um colégio público, considerado um dos melhores da redondeza. Época de sonhos, de utopias alimentadas por processos reflexivos, realizados no grupo de Juventude Estudantil Católica, no qual estive engajada durante os quatro anos do curso *ginasial* – tínhamos um grupo de estudo

permanente, sob a liderança de um padre de uma paróquia local, onde se lia e discutia sobre cinema, literatura, religião, política, sexo etc. Certa feita, em pleno período da ditadura, tivemos a ousadia de convidar o padre Jorge Saraiva, então vigário da Paróquia de Ilhéus, e *taxado* pela elite das duas cidades como um *padre de esquerda*, para fazer uma palestra sobre a encíclica *Populorum Progressio*, datada de 26 de março de 1967, primeiro documento dessa natureza dedicado ao desenvolvimento dos povos e aos problemas econômicos e sociais. O local da palestra era o clube social e a plateia, os fazendeiros, comerciantes e a elite local, frequentadores do clube. Como podem imaginar, padre Jorge, quase escorraçado, consegue escapar e retorna para Ilhéus, imediatamente. A partir daquela data, o padre Altamirando, que liderava o nosso grupo, passa a ser considerado como um *padre comunista*. Penso que, por estarmos distantes da capital do Estado, longe do aparato repressor dos anos da ditadura, tínhamos mais espaço e liberdade de ação.

No ginásio, atuávamos organizando cursos, excursões, palestras e eventos diversos envolvendo professores, alunos e familiares. Aluna engajada, com missões a cumprir, participava da diretoria de grêmios, de projetos sociais com a comunidade da periferia da cidade, de projeto para alfabetização de adultos, utilizando o método Paulo Freire, quando tomo o meu primeiro contato com a obra do autor e me apaixono.

Seguir o Curso Normal foi uma escolha muito consciente. Ser professora era realmente uma vocação. Continuava no mesmo colégio, agora denominado Centro Educacional Alfredo Dutra, que passava a oferecer os cursos de Magistério e Contabilidade. As atividades no grêmio tiveram continuidade, acrescidas da participação no coral da Escola Normal, que, constantemente, era convidado para realizar apresentações nas cidades vizinhas. Cantávamos do clássico à música popular. Os ensaios, ao final da tarde, eram momentos de descontração. Ao final, quase sempre saíamos pelas ruas, cantando, com alegria e criatividade. Relendo o meu relatório de estágio do curso Normal, datado de 21 de outubro de 1969, constato que, no Colégio Manoel Novais, onde realizei o

meu estágio, fiz pela primeira vez uma palestra, que aconteceu em uma reunião da Associação de Pais e Mestres e teve como tema: *A Participação da Família no Ambiente Escolar*.

Esse olhar sobre o meu passado me faz compreender que a militância da adolescência tornou possível colocar em prática os valores em mim plantados pelo ambiente familiar, sendo possível enriquecê-los, transformá-los, por meio da reflexão crítica, sem fantasia, mas com os pés no real, no cotidiano, resultado da nossa imaginação, como ressalta Sílvia Lane em seus trabalhos sobre a Psicologia Social (BOCK, 2007, p. 47):

[...] os valores vêm carregados de muita história, a familiar, a social e não é fácil mudar. A não ser que a pessoa assuma, realmente, uma reflexão crítica. Aí surge outro dilema, outra contradição: entre imaginação e fantasia. A fantasia leva à alienação, é destrutiva, porque perde os vínculos com o real, enquanto que a imaginação tem os pés no real, no cotidiano.

As sementes do meu compromisso social e da minha militância, como educadora e museóloga, estavam então plantadas, na década da rebelião, da contestação e da imaginação.

### **A Pedagogia e a Museologia: ferramentas para operacionalização do compromisso social**

Em 1970, tendo finalizado o Curso de Magistério, vim para Salvador, com o objetivo de realizar o concurso do vestibular e fui aprovada no curso mais novo da UFBA, naquele momento o Curso de Museologia. Foi difícil explicar para a família, para os amigos e para os próprios colegas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, o que era aquele Curso; em geral entendiam que estava cursando música e quando explicava que era relacionado a museus, interrogavam: “tão nova e vai trabalhar com velharias?”. Logo de partida percebi o conceito de museus interiorizado pela maioria das pessoas, o que para mim foi um estímulo, no sentido de trabalhar em prol da sua transformação; tarefa árdua e de longo caminhar.

O contexto não favorecia o pensamento crítico, as transformações e o trabalho criativo. Vivíamos o período mais duro da ditadura militar, implantada em 1964. A censura estava institucionalizada, a tortura aos presos políticos corria solta e os movimentos sociais estavam desagregados. O sistema escolar, em todos os níveis, sofre, na pele dos professores e dos estudantes, os efeitos da repressão, bem como os artistas e intelectuais que se sentem podados em seus direitos de liberdade e contestação (Habert, 1992). Enquanto isso, uns poucos museus contam com algum apoio e incentivo, pois, essas instituições, permaneciam, no cenário nacional, como meros espaços destinados a guardar objetos produzidos por determinadas camadas da sociedade, apresentando em suas exposições mensagens que se esgotavam na análise do passado e no objeto, por si só. Com base em nossas observações, talvez possamos deduzir que o período de 1964 a 1980 tenha sido pródigo em abertura de museus, em nosso país. É a fase do memorial, do culto ao herói e à personalidade, condizentes com o regime. Busca-se, através das atividades de preservação, autenticar a nação, como uma realidade nacional. As instituições são cristalizadas, percebidas como independentes dos indivíduos que as concebem (Santos, 1993). Os poderes social, político, econômico e militar estão sempre pensando na acumulação de objetos duradouros e controlam a passagem do transitório para o durável, num processo em que a alienação material vem junto com a alienação imaterial (Mench, 1987). Nesse contexto, era natural que o documento da Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, permanecesse nos gabinetes, sem que professores e estudantes de Museologia a ele tivessem acesso durante os anos 1970.

Em relação ao Curso de Museologia, não posso dizer que tenha sido o ideal, éramos cobaias da primeira turma. Dois professores ensinavam as disciplinas específicas que abordavam conteúdos sobre montagem de exposições, documentação e ação educativa dos museus. Essas disciplinas eram ministradas de forma tecnicista, sem análise de contexto e das consequências produzidas por meio da sua aplicação. Apesar de constarem do currículo do curso disciplinas como Introdução à Filosofia, Antropologia e

Introdução à Sociologia, os conteúdos eram abordados de forma isolada, o que não permitia aos alunos fazerem uma relação entre a técnica e a realidade social onde seriam aplicadas. Apesar de todas as dificuldades encontradas, sentia-me muito motivada e com vontade de transformar a realidade dos museus de Salvador. Desde os primeiros contatos com as disciplinas específicas do curso, senti uma grande vontade de tornar úteis à sociedade as coleções existentes nos museus. A saída, no meu entender, seria encontrada por meio de parceria entre os museus e as escolas. A formação de professora e o meu compromisso social, gestado na adolescência, falaram mais alto. Assim, conseguia aliar a Museologia à Educação, transformando-as em uma grande paixão.

Em 1974, logo após o término da graduação, fui convidada para ministrar aulas no Curso de Museologia da UFBA. Após muito conflito e insegurança, aceitei o convite, tendo assumido as disciplinas Estágio Supervisionado e Técnica de Museu III, que abordava a Ação Educativa dos Museus e a Relação entre os Museus e a Comunidade. Posteriormente, fiz concurso e continuei ensinando as mesmas disciplinas. O Museu de Arte Sacra da UFBA era o nosso grande espaço de experimentação<sup>1</sup>, atuava na sala de aula com uma carga horária de 20h e o restante do meu tempo era destinado a outras atividades, como voluntária, no Museu. Nesse período, dentre as minhas obras de referência para desenvolvimento das atividades, tanto no Museu como na sala de aula, estava o livro *Extensão ou Comunicação*, de autoria do mestre Paulo Freire. Identificava-me com suas reflexões, quando fazia a crítica ao conceito de extensão, como invasão cultural, como atitude contrária ao diálogo, que considerava como a base de uma educação autêntica. A educação compreendida em sua perspectiva verdadeira, que não é outra senão a de humanizar o homem na ação consciente que este deve fazer para transformar o mundo.

Tomo contato, também, com as obras de Santos Trigueiros, *Museus e sua Importância na Educação do Povo*, de José Valadares, *Museus para o Povo*, de Edgard Mendonça Sussekind, *A Extensão Cultural dos Museus*, com os livros da coleção *Museus e Monumentos*,



publicados pela UNESCO, com os textos de Tomislav Sola, de Peter Van Mensh e com a entrevista concedida por Hugues de Varine-Bohan, quando presidente do ICOM, em publicação intitulada *Os Museus no Mundo*, publicada pela Salvat Editora, o que me permite tomar conhecimento da existência do Museu de Anacostia, em Nova York, com cujas ações passo a me identificar, reforçando as minhas expectativas de que era possível realizar práticas museológicas comprometidas com o desenvolvimento social. Encantou e me estimulou, também, para a realização de novas ações, o texto de Stanislas S. Adotevi, *Le Musée dans les Systemes Educatifs et Culturels Contemporains*<sup>2</sup>, quando afirmava que um museu em si mesmo não significa nada. Por si só, um museu não quer dizer nada. Não é senão um conceito indicando uma ação a ser executada, um conceito prático significando que para encontrar a realidade à qual faz alusão, é preciso encontrar não o homem abstrato, mas o homem real, no conjunto das relações sociais.

Merece destaque, nesse contexto de inquietações e busca de avanços, a participação de George Henri Rivère, que, segundo Almeida (1996, p. 112), no pós-Guerra, revolucionou o mundo da Museologia ao defender que a população deveria se tornar parte integrante da instituição museu e da sua organização “os consumidores/visitantes serão os próprios atores das atividades museológicas, sendo os grandes motores da mudança”.

É interessante destacar o impacto da atuação da primeira turma do Curso de Museologia, na Cidade do Salvador. Em agosto de 1974, é realizado, pelas Museólogas Valdete Celino, Neusa Borja e Maria Célia Santos, o primeiro estudo de público do Museu de Arte Sacra da UFBA, com o objetivo de se coletar dados para o planejamento das atividades a serem desenvolvidas junto aos visitantes do Museu. Considero ter sido esta minha primeira iniciativa no sentido de realizar o planejamento de um projeto, a partir da prática da audição e do envolvimento dos usuários do Museu, em sua programação.

Em 1975, também no museu de Arte Sacra da UFBA, juntamente com as duas colegas acima citadas, planejamos e implantamos o primeiro Programa Museu-Escola da Cidade do Salvador. A minha

vontade de contribuir com a transformação dos museus, sentida desde o início do curso, continuava pulsante. Por outro lado, compreendia que a minha atuação como professora universitária deveria se dar por meio de uma prática efetiva na comunidade e acreditava que essa prática só se concretizaria no momento em que professor, alunos e grupos comunitários atuassem de forma integrada e participativa, questionando e avaliando conjuntamente (Santos, 1987).

Saíamos do espaço do Museu na busca de uma interlocução com professores e alunos de escolas de ensino fundamental e médio, públicas e particulares. Fazíamos palestras nas escolas, planejávamos as idas ao Museu e aplicávamos questionários de avaliação, ao final das atividades, compartilhando os resultados dos dados levantados com os alunos e professores. Além dessas atividades, realizávamos, no mês de outubro, exposições com os trabalhos de arte realizados nas escolas pelos estudantes que haviam participado da programação, no Museu. As aberturas das exposições eram precedidas de números de dança, coral, teatro etc. O programa cresceu e realizávamos um encontro anual entre professores e museólogos, ocasião em que planejávamos as ações que seriam realizadas no ano seguinte.

Organizávamos, também, cursos com temáticas diversas, exposições temporárias e atividades com os funcionários do Museu, buscando integrá-los aos diversos projetos, realizando um treinamento em serviço, tornando possível a discussão em torno da missão do Museu, naquele momento. Os meus alunos do Curso de Museologia participavam dos projetos, como atividades de Estágio. Foi um tempo de muita produção e entusiasmo.

Por meio de convênio firmado entre a UFBA e o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, faço, de 23 de outubro a 23 de dezembro de 1976, um estágio de aperfeiçoamento nos seguintes museus americanos: The Franklin Institute, Philadelphia - PA, The Carnegie Museum of Natural History, Pittsburg - PA, The Museum of History and Technology - Smithsonian Institution, Washington - DC e The Henry Francis du Pont Winterthur Museum, Delaware.

Nesse período, o Governo do Estado da Bahia pretendia construir um projeto para implantação de um Museu de Ciência e Tecnologia na Cidade do Salvador, e eu, com outra colega da primeira turma do Curso de Museologia, Elma Carregosa, fomos indicadas pelo Reitor da UFBA e pelo Diretor do Museu de Arte Sacra, Prof. Valentin Calderon, que fazia parte da comissão para implantação do Museu, para observarmos os aspectos técnicos, administrativos e as programações de alguns museus de Ciência e Tecnologia, nos EUA, com o objetivo de contribuir com o projeto do museu de Salvador. Em nosso retorno, realizamos um relatório detalhado das ações desenvolvidas naqueles museus, com destaque para os programas educativos, que tanto me encantaram e me motivaram para novas iniciativas. Todo o material coletado, como bibliografia e diapositivos de atividades de vários projetos e exposições passaram a ser por mim utilizados como material didático, em minha prática docente, no Curso de Museologia da UFBA.

### **Ampliando Horizontes: ação-reflexão**

Encerro os anos 1970 ingressando no Mestrado em Educação da UFBA, cursado de 1978 a 1981. Sentia necessidade de aprofundar as questões relacionadas com a utilização dos museus, como recurso educativo, e me inscrevi na seleção do Mestrado, em 1978. Ao fazer uma análise do meu crescimento como profissional, a partir da participação do Mestrado, considero que este se deu de forma significativa, tanto na minha atuação em sala de aula como professora do Curso de Museologia, como pesquisadora e nas atividades de extensão que vinha desenvolvendo. As diversas reflexões teóricas realizadas ao longo do período em que cursei as disciplinas, bem como os trabalhos desenvolvidos nas mesmas, todos, em sua grande maioria, relacionados com a prática que desenvolvia no Curso de Museologia, proporcionaram a oportunidade de atuar, de forma integrada, nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão, com maior segurança e embasamento. Em relação a esse aspecto não posso deixar de lembrar as palavras do Mestre Paulo Freire

(1983, p. 20), que sempre me inspiraram:

Quanto mais me capacito como profissional, quanto mais me utilizo do patrimônio cultural, que é patrimônio de todos e ao qual todos devem servir, mais aumenta minha responsabilidade com os homens. Se o compromisso só é válido quando está carregado de humanismo, este, por sua vez, só é consequente quando está fundado cientificamente. O profissional deve ir ampliando seus conhecimentos em torno do homem, de sua forma de estar no mundo, substituindo por uma visão crítica a visão ingênua da realidade, deformada pelos especialismos estreitos.

Também no Mestrado, tenho a oportunidade de aprofundar as discussões sobre a *educação popular*, cujo suporte fundamental é a proposta educativa de Paulo Freire, bem como sobre a investigação participativa, que se apresentava como alternativa para oferecer uma nova explicação da realidade. Constato que vários autores vão se dedicar aos estudos da pesquisa participante e da pesquisa/ação, especialmente nos países de Terceiro Mundo, assumindo o compromisso do cientista social com os diversos grupos populares (Borda, 1972, Brandão, 1982, Thiollent, 1981, Silva, 1986, Schutter, 1980 etc.). Os trabalhos produzidos na Escola de Frankfurt (Horkheimer, Marcuse, Habermas), do ponto de vista filosófico, vão retomar o conceito de práxis “permitindo acelerar os aspectos de vinculação entre teoria e prática, o que representa uma crítica frontal ao positivismo e, conseqüentemente, abre perspectivas para a investigação-ação radical” (Silva, 1986, p. 31). Encontro, nesses autores, naquele período, os fundamentos e as ferramentas necessárias para avançar como pesquisadora, museóloga e educadora.

É importante ressaltar, também, que duas contribuições no campo científico-filosófico foram fundamentais para a busca desse novo fazer científico e para o reconhecimento da existência de um “multiverso cultural” a contribuição da antropologia e do materialismo histórico, nesse sentido, destaca Pessanha (1987, p. 64):

[...] a antropologia colaborou ao insistir na diversidade das culturas, na multiplicidade de “razões” culturais,

que precisam ser compreendidas e preservadas justamente enquanto diferentes. Graças à antropologia, sabemos hoje que são muitas as maneiras humanas de ser, de estar no mundo, de viver, de valorar, de expressar por meio de diversas linguagens – o que mostra um humano multifacetado, distante de padrões unitários e universais que antes propunham como paradigmas um caso particular de humanidade: o de branco europeu, “civilizado”. A contribuição do marxismo, a mostrar a sociedade dividida em interesses econômicos e políticos não apenas diversos mas conflitantes – o que impede a efetivação de consensos universais sobretudo em torno de valores e estabelece rupturas entre modos de pensar e agir. O dissenso torna-se então o fundamento da sociedade, o antagonismo interior sua realidade mais profunda.

Por outro lado, este meu caminhar profissional, iniciado nos anos 70, não pode ser compreendido sem a análise de que, enquanto em outros períodos se deu ênfase maior ao conhecimento e ao aprimoramento dos aspectos que envolviam a vida do homem, nesse período, é dada maior atenção à sua ação social. Bordenave (1988, p. 7) chama a atenção para o fato de que:

[...] as décadas anteriores, particularmente as de 50 e 60, preocuparam-se com o conhecimento e, às vezes, com o melhoramento de tudo que rodeia o homem. Desenvolveu-se bastante o planejamento econômico, o urbanismo, o combate à poluição ambiental, a racionalização do trânsito, os sistemas de comercialização em grande escala. Mas foi na década de 70 que se começou a dar uma importância concreta ao fato de o homem ser, ao mesmo tempo, o produto e o criador de sua sociedade e de sua cultura.

Entretanto, apesar dessa tomada de consciência, continuava-se presenciando a aplicação de modelos tecnicistas e pragmáticos, herdados das ciências físicas e naturais e inadequados ao trabalho com as ciências sociais. A crítica ao positivismo e ao funcionalismo, como também os avanços alcançados nas ciências físicas e naturais, vão, portanto, contribuir para a construção de uma nova ciência:

[...] uma ciência de processos não lineares, e que considere a unidade observador-observável, terá uma relação homem-natureza não contemplativa e não

manipulativa. Será uma relação de integridade, onde homem e natureza não se opõem e sim se estendem reciprocamente. A tese e a antítese serão superadas, tais como casualidade-chance, relação-essência, observador-observável e qualidade-quantidade". (Serpa, 1991, p. 2)<sup>3</sup>

O Prof. Felipe Serpa chamava a atenção para o fato de que a base para essa nova ciência é a historicidade, entendida como determinação do espaço-tempo, pela distribuição dos corpos materiais, pelo seu estado de movimento e pela totalidade das relações não lineares, de desenvolvimentos desiguais, onde cada uma das relações contém a contradição, abrindo novas possibilidades para o processo de ação-reflexão.

No início dos anos 1980, os programas e projetos no Museu de Arte Sacra são ampliados e os dados coletados nos processos de avaliação das ações desenvolvidas, apontavam para a necessidade de avançarmos, no sentido de melhorar a qualidade das ações, que vinham sendo desenvolvidas com escolares, nos museus da Cidade do Salvador. Considerava que já era o momento de sairmos do estágio inicial para buscar novos métodos que fossem capazes de tornar os nossos projetos mais eficazes.

Ampliamos as fronteiras do nosso trabalho e, de forma corajosa para o contexto museológico da época, realizamos um projeto com a comunidade localizada no entorno do Museu de Arte Sacra da UFBA – Rua do Sodré e Ladeira da Preguiça –, situadas no Centro Histórico da Cidade do Salvador, com uma população residente de classe média baixa e bolsões de extrema carência, com áreas de prostituição<sup>4</sup>. Esta comunidade era excluída das atividades do Museu e não era, sequer, encorajada para visitar as suas exposições. O projeto envolveu atividades de visita às residências, de escuta aos moradores e de construção conjunta das programações, que envolveram visitas programadas, cursos, atividades de recreação, na rua e nos jardins do Museu. Com o olhar de hoje, percebo que mesmo antes de ter contato com o documento de Santiago e com os trabalhos produzidos pelos autores envolvidos com o Movimento da Nova Museologia, tivemos a coragem de romper com muitas

barreiras e abrir as portas de um dos museus mais tradicionais da cidade, naquele período, realizando ações museológicas pautadas no diálogo, na troca de saberes, no compartilhamento de informações e de experiência. O que desejávamos era um museu comprometido com o homem e com a melhoria da qualidade de vida, sonho da nossa imaginação museal, desde os anos 1970.

No Curso de Museologia da UFBA, somente dez anos depois, ou seja, nos anos 1980, é que tivemos acesso ao documento da mesa-redonda do Chile. O encontro com o documento de Santiago é, de certa forma, a legitimação da nossa ação. A concretização dessas ações é o atestado de que, na área da “política oficial de cultura”, há espaços para produção e reprodução. Compreende-se, entretanto, que as dificuldades geradas pelos sistemas autoritários e paternalistas, implantados na América Latina, dificultaram e podaram a iniciativa comunitária (Santos, 2002, p. 101).

As reflexões realizadas no Mestrado reforçaram as minhas preocupações com o fato de que a frequência dos estudantes ao Museu não deveria ser considerada simplesmente como evento esporádico, mas deveria ser conduzida no sentido de buscar a observação e o senso crítico dos alunos, a partir da mensagem transmitida pelos objetos em exposição. Questionava se esses objetivos poderiam ser alcançados através de uma simples visita guiada a todas as salas de exposição de um museu. Dessa forma, o meu problema de pesquisa para a dissertação de mestrado tinha como enfoque principal a análise dos resultados da aplicação de diferentes metodologias utilizadas nos diversos programas elaborados a partir do acervo exposto no museu e seus efeitos para o nível de aprendizagem, para o desenvolvimento da observação e do senso crítico dos alunos e para aperfeiçoamento da prática pedagógica.

Fui incluída no plano de reclassificação de cargos da UFBA e passei para o regime de 40 horas semanais, tendo sido eleita, logo após, coordenadora do Curso de Museologia. Não foi uma tarefa fácil. Além de ministrar aulas, realizava atividades de coordenação e administrativa. A atividade de coordenação me aproximou mais dos alunos, o que me motivou para fazermos um trabalho conjunto em

prol da organização e do reconhecimento do Curso pelo Conselho Federal de Educação. Quando veio o reconhecimento do curso, vibrei muito com colegas e com estudantes, a vitória era de todos. Penso que o envolvimento dos alunos no trabalho de reestruturação do currículo do Curso e no processo do seu reconhecimento foi de grande importância no sentido de se sentirem comprometidos, percebendo que podiam contribuir com a sua construção e que havia espaço para participação e para serem ouvidos. Por outro lado, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, compreendíamos que a revolução tinha deixado de ser a única saída para as injustiças sociais. Sem perder a perspectiva de construção de uma sociedade mais justa, a liberdade e melhores condições de vida passaram a ser vistos como ideais a serem conquistados no cotidiano, na luta por causas particulares e na transformação de comportamentos individuais. Os atores sociais dos anos 1980 passaram a atuar contra alguns problemas próximos, desvendando suas relações com a trama autoritária e de interesses que diariamente ajudamos a sustentar. A responsabilidade das transformações históricas foi, então, dividida, em diferentes graus, entre todos os cidadãos do mundo (Rodrigues, 1994).

Após o reconhecimento do Curso pelo Conselho Federal de Educação – Decreto 83327 de 16 de abril de 1979 –, a Superintendência Acadêmica da UFBA realiza uma pesquisa e conclui que não havia mercado de trabalho para museólogo, na cidade do Salvador<sup>5</sup>. A divulgação desses dados mobiliza profissionais, estudantes e professores, em torno de uma grande campanha para a volta do Curso ao vestibular. Fizemos um movimento junto à sociedade e à imprensa com montagem de exposições itinerantes, tendo conseguido a publicação de um editorial no jornal de maior circulação no Estado, naquele período. Mobilizamos políticos, houve pronunciamentos na Câmara Federal, conseguimos adesões de intelectuais e de outros segmentos da sociedade. O Curso retorna ao vestibular e, desse movimento, que conseguiu mobilizar estudantes e profissionais já graduados, nasceu a Associação de Museólogos da Bahia, momento de grande euforia e de crescimento, resultado



da militância gestada na relação professor-aluno e na abertura da universidade para a sociedade.

A associação de Museólogos da Bahia cresce e congrega um bom número de profissionais e estudantes. Considero que a relação entre profissionais e estudantes tenha sido extremamente salutar. A troca de experiência entre os jovens, museólogos e membros de diferentes segmentos da sociedade e profissionais de outros campos de atuação permitiam o enriquecimento de todos, com o desenvolvimento do senso crítico, da criatividade e da prática da cidadania. Realizamos vários cursos, viagens de estudo, projetos com a comunidade e organizamos, em março de 1981, o I Encontro Nacional de Museólogos, quando, pela primeira vez, a classe discute o anteprojeto de regulamentação da profissão. Curso e associação caminhavam de mãos dadas, um alimentando o outro. Buscamos uma aproximação com os Cursos de Museologia da UNIRIO e o do Curso de Museologia do Instituto de Sociologia e Política de São Paulo.

Em uma das minhas gestões como Coordenadora do Curso de Museologia da UFBA, em 1982, tive a oportunidade de manter o meu primeiro contato com Waldisa Russio. Isso ocorreu quando da realização do I Encontro de Museólogos do Nordeste, patrocinado pela Fundação Joaquim Nabuco. Tive, então, a satisfação de participar, como debatedora, do tema “O Mercado de trabalho para o Museólogo na Área da Museologia”, exposto por Waldisa, que, com profissionalismo, me enviou o texto da sua palestra, com bastante antecedência. Revendo o texto por ela apresentado, naquela ocasião, percebo que, com clareza e caráter científico, já àquela época, estava ali registrada o que considero ser uma das suas maiores contribuições à museologia brasileira: ter iniciado e dado continuidade a uma discussão teórica, em nível nacional, sobre o caráter científico da Museologia. A sua concepção de museu e de Museologia está impregnada de humanismo, e, já àquela altura, compreendia a necessidade da interdisciplinaridade, como pode ser observado a seguir:

O sujeito e o objeto do museu são sempre o homem e seu ambiente, o homem e sua história, o homem e suas ideias e esperanças. Em efeito, o homem e sua vida

são sempre as bases do museu, o que significa que os métodos usados em Museologia são essencialmente interdisciplinares, pois o estudo do homem, da natureza e da vida depende de uma grande variedade de domínios científicos. (Santos, 2002, p 28).

Com o objetivo de aprofundar o intercâmbio entre o Curso de Museologia da Bahia e o de São Paulo, convidamos Waldisa, em 1984, para proferir um curso, em Salvador, oportunidade em que apresentou a estrutura e funcionamento do Curso de Museologia do Instituto de Sociologia e Política, destacando as linhas de pesquisas de seus professores e alunos. Com Waldisa, aprofundo as discussões em torno dos trabalhos produzidos no ICOFOM, com destaque para os textos produzidos por Vinos Sofka, Klaus Shreinner, Zbynek Z. Stransky, Tomislav Sola, Ana Gregovara, Peter Van Mench, além de outros.

### **O movimento da Nova Museologia: o encontro e a identificação**

Os contextos dos anos 1960 e 1970 propiciaram uma avaliação das instituições, provocada pelo movimento social, atingindo organismos como a UNESCO e o ICOM. Entretanto, nem sempre as diretrizes e metas registradas nos documentos oficiais se transformam em ações concretas. O que se observa é que, no início dos anos 1980, apesar da existência de um bom número de ecomuseus, museus comunitários, museus locais e museus ao ar livre, os profissionais que desenvolviam ações museológicas comprometidas com o desenvolvimento social e com a participação encontram resistências para que seus projetos fossem reconhecidos no universo museológico. A fala do Professor Mário Moutinho (1995, p. 26) demonstra as dificuldades sentidas nesse sentido, bem como o descompasso entre o discurso e a prática dos organismos oficiais:

[...] desiludidos com a atitude segregadora do ICOM e em particular do ICOFOM, claramente manifestada na reunião de Londres, de 1983, rejeitando liminarmente a própria existência de práticas museológicas não

conformes ao quadro estrito da museologia instituída, um grupo de museólogos propôs-se a reunir, de forma autônoma, representantes de práticas museológicas então em curso, para avaliar, conscientizar e dar forma a uma organização alternativa para uma museologia que se apresentava igualmente como uma museologia alternativa.

Quando tomo conhecimento do Movimento da Nova Museologia me identifico com ele e sinto uma grande satisfação ao perceber que colegas, em distintas partes do mundo manifestavam o seu descontentamento com o fazer museológico vigente, o que os motivava para a realização de novas experiências. Busco, com ansiedade, os textos de Pierre Mayrand, Miriam Arroyo Kerriou, Mário Moutinho, René Rivard e Hugues de Varine. Neles, encontro a legitimação das nossas ações. Os museus finalmente passam a ser compreendidos como ferramenta, como instrumento a serviço da sociedade, a partir do seu envolvimento no desenvolvimento das ações museológicas. A declaração de Oaxtepec (1984) registra que “a participação comunitária evita as dificuldades de comunicação características do monólogo museográfico, empreendido pelo especialista”. Almeida (1996, p. 112) comenta que o museu, nessa perspectiva, é considerado um meio e não um fim, destacando que existe uma interação entre ele e o mundo em transformação. É um instrumento cultural a serviço da população. Salienta, ainda, que os membros da comunidade são os principais responsáveis pela organização e gestão do museu, e que esse processo reflete a identidade da comunidade.

Enfim, acho que o movimento da Nova Museologia nos apontou os caminhos do respeito à diferença e à pluralidade, para a construção de uma Museologia que está aberta às múltiplas realidades e ao crescimento do técnico, que passa a reconhecer seus limites e se abre para o crescimento conjunto, a partir da interação com as comunidades, assumindo o seu compromisso social, na busca da cidadania e do desenvolvimento social. No nosso entender, este é o seu maior mérito: a sua contemporaneidade. O Movimento da Nova Museologia foi um impulso necessário à renovação, contribuindo,

efetivamente, com o enriquecimento do processo museológico, com um fazer museológico mais ajustado às diversas realidades. Da construção concreta de museus, com base na interação e na participação, conseguimos avançar também em relação aos aspectos teórico-metodológicos da Museologia (Santos, 2002).

Na Universidade Federal da Bahia, os anos 1980 foram pródigos em criação de Museus. Com a saída da Faculdade de Filosofia do Terreiro de Jesus, em 1974, o prédio ficou desocupado e a Reitoria da UFBA, incentivada pelo Professor Valentin Calderon, achou por bem utilizar o edifício da antiga Faculdade de Medicina como um Centro Cultural que abrigasse museus e cursos das áreas das artes e da cultura. Assim, foram destinadas salas para as atividades da Escola de Dança e, em 1982, instalados o Memorial da Medicina e o Museu Afro-Brasileiro. Em 1983, foi inaugurado o Museu de Arqueologia e Etnologia (MAE).

Para implantação do Museu de Arqueologia, o Professor José Calazans, Pró-Reitor de Extensão da UFBA, na gestão do Reitor Macedo Costa, convida o Curso de Museologia, propondo que o Museu fosse instalado no subsolo da Faculdade de Medicina, que havia passado por um processo recente de restauração. Era uma oportunidade de concretizar um sonho, do professor Valentin Calderon, de instalar, em Salvador, um museu de arqueologia. A proposta inicial era que fosse voltado somente à arqueologia. O acervo seriam as coleções Valentin Calderon, Vital Rego, Carlos Ott e o próprio espaço do antigo Colégio dos Jesuítas.

Pela primeira vez, o Curso assumia a responsabilidade de planejar e implantar um Museu da Universidade. Por estar à frente do Colegiado do Curso de Museologia, naquele período, o projeto ficou sob minha coordenação, tendo sido desenvolvido com a participação de todos os professores do Curso, sendo o Professor Antonio Rios encarregado da expografia. Posteriormente, o convite do Professor Calazans foi estendido ao Departamento de Antropologia, que indicou a Professora Maria Hilda Paraíso para fazer parte da equipe. Também foi convidada a arqueóloga Iara Bandeira, que passou a coordenar um grupo de arqueólogos e restauradores.

O Museu foi, desde o início, pensado de uma maneira muito didática. Buscava-se, naquele momento, a construção de projetos pedagógicos inovadores, articulados à produção crítica do conhecimento, integrados a ações criativas de mudança, tentando alargar as bases do compromisso social da Universidade. Assim, a concepção adotada contemplava uma abordagem contextualizada das exposições, da arqueologia e da atuação dos arqueólogos, com destaque para os pioneiros da arqueologia em nosso Estado – Valentin Calderon, Thales de Azevedo e Carlos Ott –, inserindo o acervo nos diferentes contextos, situando os diversos sítios que deram origem às coleções, destacando a ação do homem, em relação com o meio, e os processos de manufatura dos objetos expostos.

Os alunos do Curso de Museologia foram envolvidos em todo o processo de instalação do Museu, acompanhados por professores das disciplinas técnicas. Foram destinadas duas salas, próximas ao Museu de Arqueologia, para aulas do Curso de Museologia. Naquele período, chegou-se a ventilar a possibilidade de o Curso de Museologia voltar a funcionar no prédio do Terreiro de Jesus, com o objetivo de utilizar os três museus como museus-escola, desenvolvendo atividades de pesquisa, ensino e extensão, pleito que já havia sido encaminhado pelo Colegiado do Curso de Museologia aos gestores da Faculdade de Filosofia e da Reitoria da UFBA, em vários momentos, e que deveria incluir todos os museus da Universidade.

Após a inauguração do Museu de Arqueologia e Etnologia, decidimos que deveríamos colocá-lo à disposição da comunidade local, de professores e de alunos dos colégios situados no Centro Histórico de Salvador, próximos do MAE. Era necessário que aquela comunidade se apropriasse daquele espaço, contribuindo com os seus projetos e programações. Estruturamos um projeto, com a participação de estagiários de museologia, professores do Colégio Azevedo Fernandes, alguns professores convidados e diferentes grupos sociais que atuavam no Pelourinho e no Terreiro de Jesus, desenvolvendo ações de pesquisa, ensino e extensão, de forma integrada. Vale a pena registrar que participaram das

atividades, também, professores e alunos de outros Departamentos da Faculdade de Filosofia e técnicos do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado (IPAC). Consideramos este projeto como um marco para o Curso de Museologia, pois, com as ações museológicas desenvolvidas, foi possível mobilizar pessoas para uma leitura compartilhada do Centro Antigo da Cidade, da Universidade e dos museus. Conseguimos, também, abrir possibilidades para novas intervenções, dando vida e renovação à Universidade, à prática pedagógica do Curso de Museologia e do Colégio Azevedo Fernandes e à prática social dos demais atores envolvidos com o projeto. Sem contar que, para mim, essa foi a primeira e rica experiência de musealização da dinâmica da vida.

Depois de termos atuado durante dois anos e meio no Colégio Estadual Azevedo Fernandes, situado no Centro Histórico da Cidade do Salvador, fomos convidados pelo Instituto Anísio Teixeira, órgão da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, a desenvolver projeto semelhante no Colégio Euricles de Matos, situado no Bairro do Rio Vermelho, na Cidade do Salvador. O projeto sofreu adaptações para atender à realidade dos alunos, dos professores e da comunidade local.

Ano de 1992, Cidade do Rio de Janeiro: Primeiro Encontro Internacional de Ecomuseus. A convite da Prefeitura, lá estive, de 18 a 23 de maio. Aquele não seria um evento qualquer, pois, além do tema despertar em mim imenso interesse, iria conhecer alguns pioneiros do movimento da Nova Museologia, como René Rivard e Mário Moutinho, bem como profissionais que vinham se destacando por suas preocupações em torno do papel social dos museus, como Hernan Crespo Toral e Hugues de Varine. A aproximação com o Professor Mario Moutinho não tardou. Nos *bate-papos* dos jantares e almoços, descobri, naquele colega de além-mar, preocupações e desafios comuns. Na plenária, vibrava com os registros da renovação da Museologia em Portugal, após o histórico 25 de abril. Finalmente, alguém falava de experiências museológicas portuguesas que não eram as que estávamos acostumados a ouvir. Daquele evento, registro dois pontos importantes, além de outros: o convite para que viesse à Bahia ministrar um curso e a sua postura

durante o encontro com a comunidade da Zona Oeste para discutir a criação do Ecomuseu de Santa Cruz, quando um dos moradores perguntou aos organizadores se o número de participantes era o suficiente para que as tomadas de decisões pudessem ser legitimadas. Todos ouviram do Professor Mário Moutinho: foram convidados? A resposta foi um sim, e ele complementou: os que não vieram e não justificaram, não têm razão. Lição que até hoje utilizo e me faz pensar sobre a participação, o envolvimento e o comprometimento dos atores sociais, quando se propõe a realização de projetos museológicos participativos: iniciativa e compromisso são fundamentais.

A partir de então, os encontros e as trocas sucederam. Atendendo a um convite seu, estive em Lisboa, em 1994, para ministrar aulas no Curso de Especialização em Museologia, período em que a Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias ainda se afirmava, com uma proposta nova de ensino superior, em Portugal, passando por todas as dificuldades comuns à implantação de um projeto inovador. Nesse momento, participei, também, da 26ª Conferência Anual Internacional do Comitê para o Treinamento de Pessoal do ICOM-ICTOP, bem como das VII Jornadas sobre a Função Social do Museu do Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM). Ali, presenciei, de perto, a garra, o entusiasmo e a ousadia de um profissional que não se deixava abater com as críticas e com a estranheza de muitos em relação a uma Museologia, cujo enfoque principal era o homem e não somente as coleções e que teve a ousadia de criar um curso com foco no social.

A partir daí, foi iniciado um intercâmbio bastante proveitoso entre aquela Universidade e a Universidade Federal da Bahia. Passei a fazer parte do corpo docente da Lusófona e, posteriormente, outros professores do Curso de Museologia da UFBA também passaram a compor o quadro de professores, ministrando aulas e fazendo orientação de teses. Hoje, após 20 anos de atuação conjunta, penso que o Curso de Museologia Social da Lusófona conseguiu contribuir, de forma significativa, para os aspectos teórico-metodológicos do nosso campo de atuação, bem como para a aplicação de processos

museológicos inovadores e comprometidos com o social, em Portugal e em outros países.

### **Ampliação do Processo de Musealização**

Cursei o doutorado em Educação no período de 1992 a 1995. Existiu um intervalo grande entre o mestrado e o doutorado, o que permitiu um amadurecimento maior. Época de ricas discussões em torno das obras de Foucault, Cornelius Castoriadis, Walter Benjamin, além de outros. Período da renovação marxista, da História Social e da descoberta do sujeito.

Cornelius Castoriadis faz a crítica à burocracia do Estado, indicando os limites do conceito de ideologia e propõe o imaginário social, ampliando enormemente as possibilidades do conhecimento histórico (Rago, 1999) e, no nosso entender, ampliando, também, as nossas possibilidades de musealização. Em texto apresentado no V Fórum de Museologia do Nordeste<sup>6</sup>, intitulado *Methodologie de la Muséologie*, Mathilde Bellaigue, conferencista convidada, destaca que tudo pode ser musealizado, o que não significa que tenha que ser musealizado.

Nos anos 1990, as cidades abrem-se ao olhar do historiador e dos museólogos. Encontro nos trabalhos de Ulpiano Bezerra de Meneses os referenciais necessários para o aprofundamento das questões relacionadas com a memória, com a identidade e com o contexto urbano como objeto museológico, portanto, passível de ser musealizado: a cidade como forma, como lugar de forças sociais, como imagem. Para a operacionalização do processo museológico, aplicado no contexto urbano, as definições de acervo institucional e operacional, apresentadas por Ulpiano, foram fundamentais para o desenvolvimento da minha pesquisa-ação, na construção da tese de doutorado.

As mudanças ocorridas na organização da sociedade civil, nos anos 1990, são outro fator relevante. As reivindicações adquirem outra natureza, com os grupos sociais atuando mais no plano da cultura, na busca dos valores identitários, e no plano moral, muito mais do que no plano econômico. Há, agora, ações defensivas



devidas a um modelo de desenvolvimento que trata todos de forma homogênea e ignora as diferenças culturais. Assistimos ao surgimento de movimentos culturais em torno das questões de gênero, raça, etnia, que buscam, sobretudo, a afirmação do que seja a negação ou a contestação. “A identidade deles não se constrói pela identificação com uma causa geral, mas com uma causa específica do grupo” (Gohn, 2005, p. 86).

Os estudos sobre a Museologia vão ter continuidade em trabalhos de autores oriundos dos Cursos de Graduação e da Pós-Graduação, cujas influências são marcantes na produção bibliográfica desse período e na construção dos currículos dos Cursos de Museologia (Bruno, Chagas, Schiner, Nascimento, Santos). Aprofundamos, também, as discussões em torno das obras de Henry-Pierre Jeudy, Nestor Garcia Canclín, Manuel Castells, Moacir Gadotti, Alain Tourine, Francisca Hernandez, além de outros. Nos Fóruns Nordeste de Museologia, realizados na Bahia e em Alagoas, são destacados aspectos importantes em relação às questões teórico-metodológicas, tais como: relação teoria-prática, Museologia como processo, ampliação do conceito de museu, do processo de musealização e do campo de atuação do museólogo. Tomamos conhecimento de experiências com museus comunitários em nossa região, como as desenvolvidas sob a liderança de Hélio de Oliveira, no Rio Grande do Norte.

Optei, mais uma vez, por sair do espaço fechado da universidade, evitando construir uma tese que fosse destinada somente à academia. Assumimos que há possibilidade de produzir conhecimento em todos os níveis de escolarização e que este conhecimento pode ser construído em uma determinada ação de caráter social, reconhecendo o papel ativo dos observadores na situação pesquisada e dos membros representativos dessa situação. Escolhemos, para desenvolver a ação proposta, o Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, situado na Rua Prof. Souza Brito, na Estrada do Farol, em Itapuã, em Salvador, BA, por possuir um Curso de Magistério. Pretendíamos, a partir das atividades que seriam planejadas e desenvolvidas em sala de aula com professores, alunos

e funcionários do referido curso, envolver professores e alunos do Ensino Fundamental e Médio, bem como membros da comunidade local. A Escola possuía, à época, 2800 alunos matriculados.

A escolha do Bairro de Itapuã como área-objeto de estudo deveu-se à necessidade de realizar um estudo sistemático, a partir da escola, envolvendo a comunidade local e buscando, através das ações planejadas com os diversos segmentos envolvidos, a compreensão e a reflexão sobre o seu patrimônio cultural, na dinâmica do processo social.

Com base na experiência vivida na execução dos diversos projetos acima referidos, constatamos que era de fundamental importância trabalhar a formação do professor para que este viesse a ser um “agente ativo”, no sentido de usar a memória preservada, testemunho da História, entendida como forma de existência social nos seus diversos aspectos – econômico, político e cultural –, bem como o seu processo de transformação, contribuindo, desse modo, para a formação dos cidadãos. Por outro lado, era necessário continuar repensando os conteúdos programáticos das diversas disciplinas oferecidas no ensino básico, aproveitando o acervo cultural dos estudantes e das comunidades onde as escolas estão inseridas, proporcionando a oportunidade para que o jovem, desde a sua formação, percebesse o sentido da preservação e da identidade cultural.

Em relação ao Curso de Museologia da UFBA, considerava que era necessário avançar e realizar uma prática efetiva, capaz de proporcionar aos alunos e professores a oportunidade de vivenciar a construção de um novo fazer museológico, com base na apropriação do patrimônio cultural, contribuindo, assim, para que a identidade fosse vivida na pluralidade e na dinâmica do processo social, entendendo que o patrimônio cultural não deve ser uma “aquisição” por parte de um organismo, mas sim uma apropriação social. Essa nova postura permitiria também a execução de atividades com temas e acervos até então pouco trabalhados, exercitando novos métodos e assimilando novos conceitos. Infelizmente, a Museologia que vinha sendo aplicada na maioria das instituições museais do País, como na Cidade do Salvador, não permitia avanços nesse sentido, o que dificultava o entendimento por parte dos alunos,

por não existirem exemplos concretos que pudessem servir de parâmetros, no momento em que eram colocadas, em sala de aula, as reflexões teóricas que embasavam a necessidade de evolução do processo museológico.

Nesse sentido, a proposta de um museu didático-comunitário, no Bairro de Itapuã, procurava abordar o bairro como forma, como lugar de ação de forças sociais e como imagem. O objeto do museu era o bairro e a sua relação com o contexto da Cidade do Salvador, enquanto fenômeno que a análise científica buscava recuperar e interpretar, sem excluir a cidade, naquele momento. Portanto, não estavam sendo excluídos a cidade e o bairro com suas contradições, pois ambos só poderiam ser compreendidos dentro de uma perspectiva histórica.

Quanto ao acervo que estava sendo musealizado, podemos identificá-lo como acervo **institucional** e como acervo **operacional**. O acervo institucional era formado, gradualmente, levando-se em consideração os contextos sociais e históricos, que as peças documentavam, levantando-se as demais referências desses contextos, considerando-se valores modestos, anônimos, sem relevância estética ou de ineditismo. Foram considerados como de vital importância, nesse sentido, toda a produção cultural que se referisse ao universo do cotidiano e do trabalho. Ao acervo **institucional** foram, também, incluídos materiais arquivístico e iconográfico, fotografias, plantas, maquetes, depoimentos e testemunhos de várias naturezas, bem como toda a documentação urbana disponível. Quanto ao acervo **operacional**, foram considerados: a paisagem, estruturas, monumentos, equipamentos, áreas e objetos sensíveis do tecido urbano, socialmente apropriados, percebidos não só na sua carga documental, como também na sua capacidade de alimentar as representações urbanas<sup>7</sup>.

A ação-reflexão desenvolvida em Itapuã permitiu que avançássemos em relação às concepções de museu, de museologia, de fato museal e da gestão museológica, em especial. Tendo como referencial a experiência do Museu Didático-Comunitário de Itapuã, pude construir, junto com os trabalhadores do Museu Sacaca<sup>8</sup>, e

com diferentes grupos sociais situados no Estado do Amapá, uma nova concepção para o Museu, bem como o seu Plano Museológico, elaborado em 2002, talvez um dos primeiros elaborados no País, ou mesmo o primeiro, construído com a participação de diferentes grupos sociais localizados na cidade de Macapá e do interior do Estado, em especial as comunidades de castanheiros, seringueiros, parteiras, grupos indígenas de diferentes etnias, bem como a comunidade de negros do Curiaú, situada na Capital.

Tanto em Itapuã como em Macapá, percebo que a musealização da dinâmica da vida é um processo, ou seja, uma ação reflexiva que tem como objetivo alcançar o conhecimento de algo, sequência de estados de um sistema que se transforma. Nesse sentido, o processo museológico deve ser compreendido como projeto, que é construído de forma aberta, buscando atingir a missão de formar cidadãos capazes de se inserir no mundo, como sujeitos históricos, éticos, capazes de optar, de decidir e de romper. Considero que os resultados alcançados nos dois projetos não podem ser medidos pelo parâmetro da simples permanência de um acervo colocado em determinado espaço físico, porque o mais relevante é a transformação ocorrida em cada indivíduo, a mudança de atitude, dos muitos sujeitos sociais que estiveram ou estão envolvidos no fazer museal. O olhar museológico foi considerado como um instrumento de ação-reflexão, que contribuiu para a construção e reconstrução do mundo. *Em nosso entender esta é a essência do nosso compromisso social com a Museologia.* E, se admitirmos que o museu é construção, reconstrução, permanência e ausência, compreenderemos, com mais tolerância e respeito, a possibilidade de um museu deixar de existir, caso as pessoas que lhe dão sentido assim o desejarem, porque sem os atores sociais o museu não é nada, não significa nada, como já destacava Adotevi, nos anos 1970<sup>9</sup>.

A oportunidade que tive de participar da construção dos planos Museológicos do Museu Sacaca, no Amapá, do Centro de Cultura e Memória Bovespa, do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira e do Museu Eugênio Teixeira Leal, em Salvador, BA, e do Memorial da Cultura Cearense – Centro Cultural Dragão do Mar, em Fortaleza, CE,

bem como do planejamento e da implantação das ações de Formação e Capacitação do Projeto-Piloto da Política Nacional de Museus, desenvolvido no Estado da Bahia, permitiu-me vivenciar, na prática, o quanto é rico e criativo o processo de planejamento que nasce do movimento dos atores sociais, que cria uma rede de interação, estimulando o nascimento de comunidades de aprendizagem, e que concebe a gestão como um sistema orgânico, criando espaços para o estímulo e a prática de uma cidadania multicultural.

Nesse contexto, o planejamento não é apenas uma técnica com o objetivo de melhorar a ação dos museus. É, sobretudo, um processo de crescimento humano. É um processo educativo de ação e reflexão, que deve ser alcançado com a participação, deve ser uma prática incorporada ao cotidiano dos nossos museus e exercitada por todos que estão envolvidos com a sua missão. Destaco a construção do Plano museológico como um dos processos mais importantes no sentido de colocar em prática esse novo olhar da gestão museológica, essa nova forma de planejar. Trata-se de um instrumento de fundamental importância, pois fornece o aporte necessário para que as ações a serem executadas levem em consideração um fim previamente estabelecido e coerente com a concepção adotada – a Museologia, contribuindo para um determinado tipo de homem e de sociedade. A sua construção, a partir do envolvimento de todas as pessoas e setores é um momento único, de aprendizagem e de crescimento conjunto. É produção de conhecimento, é relação entre teoria e prática, é exercício de reflexão crítica e criativa e é comprometimento. O Plano museológico, na concepção aqui apresentada, é algo que extrapola a ação interna da instituição e incorpora diferentes saberes e fazeres, que olha o museu a partir de muitos olhares, para, em seguida, dar-lhe vida (Santos, 2008).

### **Marcos Regulatórios: ações estruturantes**

Em março de 2003, fomos convocados pelo Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional,

Departamento de Museus e Centro Culturais para participar da formatação de uma Política Museológica para o País. Estive envolvida, como coordenadora do Eixo 3 – Formação e Capacitação. Considero como um dos pontos mais marcantes desse grande movimento museológico, o fato de termos uma política pública para o Setor, que tem como referencial os documentos básicos da Museologia contemporânea.

A Política Nacional de Museus (PMN) está embasada nos referenciais básicos desse grande movimento iniciado em 1972, com a Mesa-Redonda de Santiago, e que, ao longo dos anos, vêm sendo atualizados e recriados, em diferentes contextos, buscando sempre a participação e a interação entre os técnicos e os diversos segmentos da sociedade, compreendendo o museu como um fenômeno social, comprometido com o homem e com a melhoria da qualidade de vida. O que é mais novo, nesse processo, é a adoção desses princípios pelo Poder Público. O nosso grande desafio foi torná-los realidade, comprometendo-nos com as suas aplicações, dispostos a avaliá-los e enriquecê-los, pois, se transferirmos a responsabilidade somente para os governantes, cairemos em contradição. Sobre esse aspecto, é interessante lembrar Hugues de Varine, quando cita a iniciativa como um dos vetores essenciais para o desenvolvimento comunitário. Da iniciativa local, com o apoio do então Departamento de Museus (DEMU), foram firmados convênios, parcerias e executados projetos. Considero que a Comissão de Salvador foi um exemplo de que é necessário estar mobilizado, atento e disposto a continuar lutando por nossos ideais.

Em 2011, fui convidada pelo Secretário de Cultura do Estado da Bahia para assumir o cargo de Diretora de Museus do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), com a missão de estruturar o Instituto Baiano de Museus (IBAM), uma autarquia, vinculada à Secretaria de Cultura (SECULT), dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira. O IBAM deveria atuar em articulação com os órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e com a sociedade civil organizada, para consecução de seus objetivos, tendo

como referencial as diretrizes das políticas culturais formuladas pela SECULT e pela Política Nacional de Museus<sup>10</sup>. Assumimos, também, a responsabilidade de formular uma política Museológica para o setor, embasada, no Plano Nacional de Cultura, nas diretrizes da PNM e na Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus e estabelece os princípios fundamentais para os museus brasileiros, relacionados a seguir:

- I. A valorização da dignidade humana;
- II. A promoção da cidadania;
- III. O cumprimento da função social;
- IV. A valorização e preservação do patrimônio cultural e ambiental;
- V. A universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- VI. O intercâmbio institucional.

Assumimos, em nossa gestão, que os museus são dispositivos estratégicos de aprimoramento dos processos democráticos, de inclusão sociocultural, de educação e de desenvolvimento local. Nesse sentido, nos programas e projetos formulados e desenvolvidos procurávamos alcançar esses objetivos, desenvolvendo um árduo trabalho interno, de discussões, de troca de informações, de qualificação da equipe, com seminários e cursos, com formação de parcerias, por meio de uma articulação constante com diversos setores, instituições e atores sociais, da Capital e do interior do Estado.

A construção de uma Política Museológica para a DIMUS/IBAM ocorreu com a participação e com o envolvimento de muitos atores, nos âmbitos interno e externo da instituição. Em 2011, foi realizado um seminário interno, do qual participaram os gestores e o corpo técnico de todos os museus vinculados e conveniados, quando foi apresentada e discutida uma primeira versão desse documento, o qual foi encaminhado aos museus, com prazo para o envio de contribuições. A versão inicial, enriquecida, foi, então, apresentada à plenária do 3º Encontro Baiano de Museus, realizado na cidade de Ilhéus, BA, no período de 21 a 23 de setembro de 2011, com a

presença dos articuladores de todos os Territórios de Identidade do Estado, oportunidade em que foram formados grupos de trabalho para discussão e contribuições. Naquela ocasião, deu-se também um prazo para que novas sugestões fossem encaminhadas, caso necessário. Posteriormente, durante todo o ano de 2012, a partir das avaliações das ações dos Núcleos da Diretoria de Museus e das contribuições dos participantes envolvidos nos diversos projetos, novas sugestões foram incorporadas.

Durante o período de um ano e nove meses que permaneci na DIMUS, como integrante do poder executivo do Governo do Estado da Bahia, criamos marcos regulatórios e uma gestão participativa. Continuei acreditando em nossa capacidade de transformar a realidade e de sermos sujeitos da História. Tentei ser, mais uma vez, coerente com o meu ideal de, por meio da Museologia e da Educação, lutar por uma melhor qualidade de vida, pela prática da cidadania, e pela inclusão sociocultural. Este foi o real motivo que me fez estar naquele lugar, durante um ano e nove meses.

### **Reflexão sobre os percursos, os contextos, os cenários e as ações**

Nesses 40 anos de atuação profissional, mudamos nós, o mundo, a Museologia e os museus. Amadurecemos e já estamos colhendo alguns frutos. Em evento promovido pelo Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN, realizado no Rio de Janeiro, no Museu Histórico Nacional, com o objetivo de avaliar os resultados da Política Nacional, tive a felicidade de assistir a uma sessão de trabalho, de cuja mesa participavam representantes de dois museus de favelas e de uma tribo indígena do Norte do nosso País. Naquele momento, tomada pela emoção, não pude deixar de lembrar dos pioneiros do Movimento da Nova Museologia e de tantos outros profissionais que sonharam, como eu, em ver as experiências dos museus comunitários, dos museus de bairro, dos núcleos de memória localizados em diferentes regiões e nas periferias dos grandes centros serem apresentadas, discutidas, sem preconceitos, com respeito, reconhecimento e como oportunidade de aprendizado.



Foram muitos os atores sociais que caminharam comigo, em contextos, percursos e cenários diferenciados. As reflexões aqui apresentadas são resultado de processos museológicos aplicados por meio da nossa relação com o mundo e estão impregnadas, marcadas, pelos resultados da nossa ação, imersas na realidade concreta, cultural, na qual estivemos envolvidos. São, portanto, resultado da nossa imaginação museal e estão histórico-condicionalmente condicionadas.

Tentei não perder de vista as possibilidades de exercitar a ação-reflexão, em não abandonar o conhecimento construído, mas emprenhá-lo de novas reflexões, dando-lhe vitalidade, compreendendo que passado e presente estão sempre em tensão, sendo esta a responsável pelo nosso crescimento, em diferentes dimensões. Nesse sentido, considero importante uma reflexão sobre o questionamento apresentado, em nossas considerações finais, apresentadas a seguir.

### **A presença do social na museologia ou uma museologia social? Considerações finais**

Considerando que há um pensar ético, um compromisso ético que deve aliar o conhecimento com a ação que nos leva a pesquisar para poder interferir e atuar para que os homens sejam sujeitos, penso que a museologia só se configura em concepções teóricas construídas a partir de pesquisas relevantes e socialmente comprometidas.

Desse modo, teoria e prática devem ser vividas como militância, não somente nas ações denominadas de Museologia Social, mas em qualquer ação museológica, independentemente da tipologia de museu. O que está em jogo, em nossa compreensão, é o sentido que estamos dando à Museologia. Entendemos que a Museologia propriamente dita implica ação social. Os conhecimentos científicos devem se voltar para uma situação concreta em que quem aplica está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação. Esta tem de ser contextualizada, tanto pelos meios como pelos fins, daí decorrendo

ser dever do cientista falar como cientista e cidadão, simultaneamente, no mesmo discurso Santos (1989). Não podemos mais conceber o museu como uma instituição neutra ou de reprodução: assumimos a dimensão política dos museus e da Museologia.

Do ponto de vista filosófico, a aplicação dos processos museais participativos e comprometidos com o social trouxeram dados importantes, no sentido de compreendermos que ao paradigma do sujeito conhecedor e transformador, é agregada, agora, a possibilidade de entendimento entre sujeitos, capazes de linguagem e ação. É importante ressaltar que, ao assim procedermos, estamos colocando em prática um rico processo de aprendizagem instrumental e dialógica, da competência, da solidariedade e do estabelecimento de uma ética de confiança. Além do mais, a musealização de temas e problemas que estão latentes na sociedade nos instiga a desenvolver novas metodologias de aplicação das ações museológicas, buscando, com a nossa criatividade, soluções para problemas que não aprendemos a enfrentar e solucionar somente com os conhecimentos adquiridos na academia. Ampliamos o campo de aplicação das ações museológicas e constatamos que é possível a sua implementação fora da instituição museu, em interação com os sujeitos sociais, na dinâmica da vida.

No meu caminhar profissional, pude constatar de perto o quanto é importante trabalhar a partir da construção de um sistema orgânico, com troca de informações e de conhecimento. O estímulo à reflexão, à aplicação e à construção do conhecimento, em diferentes contextos, tornou possível reduzir o distanciamento entre o discurso e a prática, entre a academia, as instituições museológicas e os atores sociais que estavam envolvidos com o fazer museal.

Considero, portanto, como cada vez mais importante a possibilidade de deixarmos espaços em nossos currículos para o acadêmico, o prático e o comunitário. Assim, não posso deixar de registrar, também, que o tema da formação profissional deve ter um espaço de destaque nas discussões em torno da presença do social na Museologia. Não podemos perder de vista o fato de que a competência técnica e política devem caminhar de mãos dadas. Desse modo, a

nossa responsabilidade é grande, no sentido de criar um ambiente que seja favorável à prática da reflexão crítica e da ação-reflexão.

Acredito que um dos principais desafios que temos de enfrentar, é o de ser sujeito ativo na construção de uma universidade plural, comprometida com o desenvolvimento social, que lida, cotidianamente com questões epistemológicas de um novo modelo de ciência, tendo que conviver e operar, com diferentes paradigmas. Nesse novo contexto, vencer o autoritarismo do saber acadêmico, na busca da interação com o não formal e com o informal, trocando e considerando a aprendizagem que se dá na prática social, não só é necessário, como urgente.

Não posso deixar de ressaltar que a adoção do termo – *MUSEOLOGIA SOCIAL* – foi um vetor necessário à renovação, contribuindo, efetivamente, com o enriquecimento do processo museológico e, sobretudo, com um fazer museológico mais ajustado às diversas realidades. Da construção concreta de museus, com base na interação e na participação, conseguimos avançar também, em relação aos aspectos teórico-metodológicos da Museologia. A existência de cursos de Museologia como o da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias que deixam explícita a sua missão de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, contribui de forma significativa não só para a inovação em torno de como operar com os museus e com o patrimônio cultural, bem como para as reflexões teóricas em nosso campo de atuação. Os projetos, as teses, dissertações e publicações geradas a partir da produção acadêmica do Curso de Museologia da Lusófona, são testemunhos desses avanços. Compreendo, entretanto, que a existência de cursos que trazem a denominação de Museologia Social não exclui a responsabilidade de qualquer curso de Museologia assumir o seu compromisso social. Penso, também, que esta discussão extrapola o campo da Museologia, pois entendemos que as questões relativas à democratização e ao uso do conhecimento estão intrinsecamente relacionadas com a nossa postura diante do mundo, como pesquisadores e educadores de todas as áreas que atuam em todos os campos de conhecimento.

É importante salientar, também, que, tanto o Movimento da Nova Museologia como o Curso de Museologia Social da Lusófona, devem ser contextualizados e compreendidos a partir do rico processo de questionamento, de rompimento com o modelo de museu instituído e do desejo de construção de museus comprometidos com o desenvolvimento social. Levanto a hipótese de que, o curso da Lusófona encontrou, nos pilares da Nova Museologia, a base para o seu nascimento. O Professor Mário Moutinho, seu criador, coordenador, durante vários anos e atual Reitor dessa Universidade, foi um dos pioneiros do Movimento da Nova Museologia, também referenciado neste texto.

Acho mesmo que esse caminhar, enriquecido com o crescimento da produção do conhecimento na área da Museologia, ao longo dos anos, nos faz hoje considerar que é necessário reconhecer que há diferentes formas de se aplicar o processo museológico, assim como há diferentes formas de organizar e gerir museus, e que, a partir da nossa concepção de museologia, podemos retirar de cada um os recursos potenciais para a consecução dos nossos objetivos. Considero, entretanto, que em qualquer das circunstâncias, o que não podemos perder de vista, é nosso **compromisso social com a Museologia**.

Como memória e esquecimento andam juntas, como salientei na introdução deste texto, tenho certeza de que em minha narrativa deixei muitas lacunas. Espero poder recuperá-las, em outros momentos. Também espero que as reflexões feitas sobre este texto, pelos que a ele tiverem acesso, bem como outras experiências de vida me permitam enriquecê-lo, com outros olhares.

## Notas

\* Graduação em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (1973), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1981) e doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1995). Coordenou o Eixo 3 da Política Nacional de Museus do Ministério da Cultura, desenvolveu projetos de criação e implantação de museus em várias cidades brasileiras e atualmente é consultora das áreas da museologia e da pedagogia e conselheira da Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários (ABREMC). Tem trabalhado com os temas ação educacional dos museus, política nacional de museus, formação e capacitação profissional e tem publicado sistematicamente artigos e livros comprometidos com uma práxis museal transformadora.

1 O museu de Arte Sacra, situado no antigo Convento dos Carmelitas Descalços, belo monumento do séc. XVII, localizado em frente à Baía de Todos os Santos, era, naquele período, o único museu da

Universidade. Foi inaugurado em 10 de agosto de 1959, por ocasião do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros e passou a integrar a estrutura da UFBA como órgão suplementar.

2 Texto apresentado na IX Conferência Geral do ICOM, em Paris e Grenoble, realizada em 1971, com o propósito de discutir o tema: “O museu a serviço do homem, atualidade e futuro: o papel educativo e cultural”.

3 Felipe Serpa foi professor adjunto da Universidade Federal da Bahia, da qual foi Reitor, e desenvolveu seus trabalhos na escola de Física e no Mestrado de Educação, discutindo temas relacionados com a Ciência, a História e a Educação.

4 O projeto foi elaborado como parte das atividades desenvolvidas na disciplina de Metodologia do Ensino Superior, do Mestrado em Educação, ministrada pelo Professor Visitante Michel Lonet, em 1978, quando tive oportunidade de atuar com pesquisa, ensino e extensão, de forma integrada, envolvendo os sujeitos sociais residentes no entorno do Museu de Arte Sacra, alunos e profissionais de diferentes áreas e campo de atuação, abrindo as portas do Museu e da Universidade para a sociedade. Ainda nessa disciplina, realizamos outro projeto para trabalhar com alunos do ensino médio de um colégio público da Cidade do Salvador, utilizando a Pedagogia Freinet, a partir da obra de Frei Agostinho da Piedade, ceramista Beneditino do séc. XVII, com obras expostas no Museu de Arte Sacra. A descrição e análise deste projeto se encontra no livro de minha autoria intitulado: *Museu, Escola e Comunidade: uma integração necessária*, publicado em 1987 e constante na bibliografia deste texto.

5 Nesse período só existiam, no País, três Cursos de Graduação em Museologia, sendo dois no Rio de Janeiro, na UNIRIO e na Estácio de Sá. O da UFBA, criado em 1969, era o único existente nas Regiões Nordeste e Norte do País.

6 Em 1987, foi realizado, em Ouro Preto, o X Congresso Nacional de Museus. Naquele evento, os museólogos da Região Nordeste, participantes do congresso, decidiram conquistar um espaço onde pudessem discutir e buscar soluções para problemas comuns. Com determinação, definiram-se estratégias e transformou o desejo em realidade com a concretização de oito encontros realizados nas diferentes capitais do Nordeste. Marcou-se um posicionamento da classe, assumindo a responsabilidade por seu planejamento, organização e divulgação dos resultados, na Região e no País, demonstrando que somos capazes de produzir a partir das nossas iniciativas. É importante destacar que o Fórum Nordestino de Museologia teve uma grande importância no sentido de congregar a classe (profissionais, estudantes de museologia e trabalhadores de museus) e de levantar e discutir problemas, de construir e apresentar reivindicações e de estimular a produção de conhecimento.

7 A minha tese de doutorado foi publicada no Caderno de Sociomuseologia 7, 1996 – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, com o título: *Processo Museológico e Educação: construindo um museu didático-comunitário, em Itapuã*.

8 O Museu Sacaca do Desenvolvimento Sustentável está situado em Macapá, AP, extremo norte do Brasil. O Amapá possui uma superfície territorial de 140276 km<sup>2</sup>. Faz fronteira com o Estado do Pará, com o Suriname e com a Guiana Francesa. O Estado concentra uma das maiores biodiversidades em ambientes naturais, pois faz parte de dois domínios geográficos: o amazônico e o oceânico.

9 As reflexões sobre a análise dos resultados sobre as ações desenvolvidas no Museu Comunitário de Itapuã e no Museu Sacaca foram apresentadas em texto de minha autoria, intitulado *Os museus e a busca de novos horizontes*, apresentado no III Fórum de Profissionais de Reservas Técnicas de Museus, realizado em Salvador, BA, no período de 18 a 22 de novembro de 2002, que faz parte da coletânea apresentada na publicação: *Encontros Museológicos, reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*, constante na bibliografia do presente texto.

10 Projeto de Lei formulado pela equipe técnica da Diretoria de Museus do IPAC, sob a nossa coordenação, foi encaminhado ao Secretário de Cultura do Estado e à Casa Civil do Governo do Estado da Bahia.

## Referências

ADOTEVI, Stanislas S. Le musée dans les systemes educatifs et culturelles contemporains. In: Internacional Council os Museums. **The museum inthe servisse of men: today end tomorrw**. Oxford: 1972. P:75-89.

ALMEIDA, Maria Mota. **Mudanças Sociais/Mudanças Museais-nova museologia/nova história-que relação?**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 1996. Cadernos de Sociomuseologia, ( 5 ). P.112.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BELLAIGUE, Mathilde. **Methodologie de la Muséologie**. Conferência proferida no V Fórum de Museologia do Nordeste. Salvador, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

\_\_\_\_\_. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BOCK, Ana Mercês Bahia. et.al. Silvia Lane e o projeto do “compromisso social da psicologia”. **Revista “Psicologia e Sociedade”**. 2007.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Resolução no 14, de 27 de fevereiro de 1970** (fixa os mínimos de conteúdo e duração dos Cursos de Museologia).

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O Que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1988 (Coleção Primeiros Passos), p.7.

CHAGAS, Mário de Souza. **Um Novo (Velho) Conceito de Museu**. Cadernos de Estudos Sociais, v.1. n2. jul / dez 1985. Recife: Fundação Joaquim Nabuco.

\_\_\_\_\_. A Radiosa Aventura dos Museus. IN: **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas/ coordenação, Maria Cristina Oliveira Bruno, Kátia Regina Felipini Neves.** – São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 208.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.20

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Fórum Nordestino de Museologia: Documentos dos Encontros da Paraíba, 1988, São Luís, 1989, Natal, 1990, Recife, 1991, Bahia, 1992, Alagoas, 1993, Fortaleza, 1994, Sergipe, 1996.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** São Paulo: Cortez, 2005, p. 86.

HABERT, Nadine. A Década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira. São Paulo: Ática, 1992. P.74.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era dos Impérios.- 1875 – 1914.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1988.

ICOM / Brasil. Araújo, Marcelo; Bruno, Cristina (Org). **A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: documentos e depoimentos.** São Paulo, 1995.

MERIDIES, **Textos de museologia social.** Monte Redondo-Portugal: Museu Etnológico de Monte Redondo, n. 17/18, jan/dez. 1993.

JEUDY, Henri Pierre. **Memórias do Social.** Tradução de Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1990.

KINARD, John. Intermédiaires entre musée et communauté. In **Vagues, une anthologie de la nouvelle museologie**, v. I, MENES, Editiona W, Savigny-le-Temple, 1992.

\_\_\_\_\_. Le musée de voisinage, catalyser de l' evolution sociale. In **Vagues, une anthologie de la nouvelle museologie**, v. I, MENES, Editiona W, Savigny-le-Temple, 1992.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. O que é **Psicologia Social.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. tradução Bernardo Leitão... [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Cultura e Cidade. *Revista Brasileira de História*, São Paulo:, n.5,1985.

\_\_\_\_\_. Memória municipal, história urbana. **Revista CEPAM**, São Paulo, n.4, [19--].

\_\_\_\_\_. **Cidade, práticas museológicas e qualificação cultural.** [19--] Mimeografado.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de Cultura e Cidade. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, n.5, 1985.

MOUTINHO, Mário Canova. **Museu e sociedade**. Monte Redondo: Museu Etnológico, 1989.

\_\_\_\_\_. **A Declaração de Quebec de 1984**. Comitê Brasileiro do ICOM. A Memória do pensamento Museológico Contemporâneo. (documentos e depoimentos). 1995. Mimeo. p.26

MENCH. **Object, museum, Museology - an "eternal triangle"**. Leiden: Reinwardt Academie, 1987. (Collected Papers).

\_\_\_\_\_. Museologia e museus. ICOM News. **Bulletin of The International Council of Museums**, v.41, n.3, p.5-10, 1989.

LEFÈVRE, Fernando; CAVALCANTI, Ana Maria; TEIXEIRA, Jorge Juarez Vieira (Orgs.). **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

PESSANHA, José Américo. Cultura como ruptura. In: BORNHEIM, G. et ali. **Cultura brasileira: tradição contradição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Funarte, 1987.

POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS: **Programa de Formação e Capacitação em Museologia – Eixo 3** / Ministério da Cultura do Brasil, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais; organizado por Maria Célia T. Moura Santos – Salvador: MINC/IPHAN/DEMU, 2005 (relatório 2003-2005).

PAES, Helena Simões. **A Década de 60: rebeldia, constatação e repressão política**. São Paulo, Ed. Ática, 1993, p.8

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Cultura, Turismo e Esportes. **Anais do I Fórum Internacional de Ecomuseus**. Rio de Janeiro, 1992.

RAGO, Margareth. **A "Nova" Historiografia Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999, p.87.



RIBEIRO, Darcy. **Aos Trancos e Barrancos;** como o Brasil deu no que deu. Rio de Janeiro: Guanabara Dois. 1985, p. 129.

RIVARD, René. El Futuro da La Museologia. **Cadernos de Museologia.** Lima: Pontificia Universidad Catolica del Peru. Museo de arte Popular, 1989, p. 35.

\_\_\_\_\_. El Museo Territorio. **Cadernos de Museologia.** Lima: Pontificia Universidad Catolica del Peru. Museo de arte Popular, 1989, p. 41.

\_\_\_\_\_. **Que Le Musée S' Ouvre – ou une nouvelle muséologie:** les écomusées et les musées ouverts. Québec, 1984 .mimeo. p.2.

RODRIGUES, Marly. **A Década de 80.** São Paulo: Editora Ática, 1994. P.10.

RÚSSIO, Waldisa. **O Mercado de Trabalho do Museólogo, na Área da Museologia.** Texto apresentado no I Encontro de Museólogos do Norte e Nordeste. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1982.

SANTOS, Boaventura Sousa de. **A Universidade no Século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. Educação Sociedade e Cultura. Revista do Centro de Investigação e Intervenção Educativa. n.958. Porto: Edições Afrontamento, Ltda. Dez. 2005. p. 156-178.

\_\_\_\_\_. **Perspectiva para uma nova ciência.** [s.l. : s.d.]. Mimeografado.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. Museu, **Escola e Comunidade:** uma integração necessária. Salvador: Bureau Gráfica Editora, 1987, p 16. (patrocínio do Ministério da Cultura);

\_\_\_\_\_. **Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1990. 90;

\_\_\_\_\_. **Integrando a Escola ao Bairro.** Salvador: Instituto Anísio Teixeira - Secretaria de Educação. 1990. 129.

SANTOS, Maria Célia T. Moura. **Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1993. (2a edição ampliada), p.39

\_\_\_\_\_. **Processo Museológico e Educação:** construindo um museu didático-comunitário. Lisboa: ISMAG/UHLT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). Centro de Estudos de Sociomuseologia. 1996.

\_\_\_\_\_. **Reflexões Museológicas:** caminhos de vida. Lisboa: ISMAG/UHLT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). Centro de Estudos de Sociomuseologia. 2002, p.28

\_\_\_\_\_. **Encontros Museológicos:** reflexões sobre a museologia, a educação e o museu. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008. : (Coleção Museu, Memória e Cidadania, 4).

SANTOS, Paula Assunção dos. **Museology and Community Development in the XXI Century.** Lisboa: ISMAG/UHLT (Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias). Centro de Estudos de Sociomuseologia. 2008.

SERPA, Luis Felipe Perret. **Ciência e historicidade.** Salvador: Edição do Autor, 1991.

SOLA, Tomislav. The concept and nature of Museology. **Museum,** Paris, UNESCO, n.153, p., 1987.

SOFKA, Vinos. **Museologia e Meio Ambiente Integral.** Conferência proferida no Curso de Museologia da UNIRIO. Rio de Janeiro, 1992. Mimeografada.

SILVA, Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante.** São Paulo: Cortez, 1986, p. 31

SUSSEKIND, Edgard Mendonça. **A Extensão Cultural dos Museus.** Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1946.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez. 1986.

STRANSKY, Zbynek Z. **La Muséologie:** science ou seulement travail pratique du musée. Muwop, Stockholm, 1981.

TRIGUEIROS, F. dos Santos. **Museus – sua importância na Educação do Povo.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1958.

UNESCO. ICOM. **Declaración de Caracas**. Seminário La Mision del Museo en Latinoamerica Hoy: Nuevos Retos. Caracas, 1992. Mimeografado.

\_\_\_\_. **Documento da Mesa Redonda de Santiago do Chile**. Santiago, 1972. Mimeografado.

UNESCO. **International Thesaurus of Cultural Development**. Paris, 1980.

Universidade Federal da Bahia. **Parecer sobre a criação do Curso de Museologia**. Salvador, dezembro de 1969.

Universidade Federal da Bahia. Departamento de Museologia. **Proposta de Reforma do Currículo do Curso de Museologia**. 1996.

VARINE, Hugues. **O tempo Social**. Tradução e Coordenação de Fernanda Camargo e Lourdes R. Novaes. Rio de Janeiro: Livraria Eça, 1987

\_\_\_\_. **Museus e desenvolvimento Local**: um balanço crítico. IN: **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento: propostas e reflexões museológicas/ coordenação**, Maria Cristina Oliveira Bruno, Kátia Regina Felipini Neves. – São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 208.

\_\_\_\_. **As Raízes do Futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. Maria de Lourdes Parreiras Horta. – Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VERGO, Peter. **The New Museology**. London: Reaktion Books Ltd, 1998.

Recebido em 17 de fevereiro de 2014.

Aprovado em 28 de fevereiro de 2014.

### **Abstract**

Starting from the narrative of her own life's history, the author presents aspects that she considers have been important in forming her social commitment, accenting the sceneries, the contexts and the routes that contributed to their operationalization. She points out processes she considers have been useful for the application of museological actions committed to the transformation and improvement in the quality of life, emphasizing the training of the professional museologist, as well as to the sense and the use which have been attributed to Museology.

**Keywords:** Social Commitment. Museology. Museums. Training in Museology. UFBA. Museology Course.